Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2023
ISSN 2178-6925

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO DO BANESTES S.A ENTRE OS ANOS DE 2018 E 2022.

ANALYSIS OF THE EVOLUTION OF BANESTES S.A'S LIQUIDITY, PROFITABILITY AND DEBT INDICATORS BETWEEN 2018 AND 2022.

Adriano de Souza Oliveira
Graduando em Administração, Faculdade de Ensino Superior de Linhares, Brasil.

Daniel Himenes Manzoli
Graduando em Administração, Faculdade de Ensino Superior de Linhares, Brasil.
E-mail: danielhimenes14@gmail.com

Ivan Meloti Capucho
Mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); Professor de estudos quantitativos da Faculdade de Ensino Superior de Linhares do colegiado de Administração

Vasconcelos Zuqui
Mestre em Administração pela Universidade São Marcos (Unimarco); Professor de economia da Faculdade de Ensino Superior de Linhares.

Resumo

O Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes S.A) é um banco público, constituído na forma de sociedade de economia mista, sendo o estado do Espírito Santo o seu controlador. Dessa forma, o banco acaba por sofrer relevante influência do estado em sua gestão, sendo também utilizado como percursor de políticas de desenvolvimento econômico e social do estado. Diante da importância desta instituição para os capixabas, este trabalho se prestou a buscar conhecer a evolução da saúde econômico-financeira desta instituição através da análise de suas demonstrações financeiras, sob a ótica do tripé econômico-financeiro (liquidez, endividamento e rentabilidade).

Para tanto, foi utilizada uma serie de índices, cuja análise em conjunto dá ao analista uma visão geral e objetiva da situação econômico-financeira do objeto de estudo. No geral, a entidade analisada possui bons indicadores em cada aspecto, o que reflete a boa gestão dos ativos empenhados para a obtenção dos resultados, resultados estes que no decorrer do período analisado (2018 a 2022) mostram-se estáveis e sustentáveis, com sinais de se perpetuarem desta forma.

Palavras-chave: Banestes; Demonstrações contábeis; Indicadores.

Abstract

The Bank of the State of Espírito Santo (Banestes S.A) is a public bank, constituted as a government-controlled company, with the state of Espírito Santo as its controlling shareholder. In this way, the bank ends up suffering relevant influence from the state in its management, being also used as a precursor of economic and social development policies of the state. In view of the importance of this institution for the people of Espírito Santo, this work sought to understand the evolution of the economic-financial health of this institution through the analysis of its financial statements, from the perspective of the economic-financial tripod (liquidity, indebtedness and profitability).

For this purpose, a series of indices were used, whose analysis together gives the analyst a general and objective view of the economic and financial situation of the object of study. In general, the analyzed entity has good indicators in each aspect, which reflects the good management of the assets committed to obtaining the results, results that during the period analyzed (2018 to 2022) are stable and sustainable, with signs to perpetuate themselves in this way.

Keywords: Banestes; Accounting statements; Indicators.

1. Introdução

O sistema bancário desempenha um papel fundamental na economia ao atuar como intermediário financeiro, direcionando recursos dos poupadores para os tomadores de empréstimos. Essa função de intermediação é essencial para o adequado funcionamento da economia, estabelecendo diversas conexões entre o desempenho das instituições bancárias e a macroeconomia, garantindo a estabilidade e segurança do sistema financeiro (ANDRADE, SABINO e SABINO, 2019).

Dentre os poucos bancos públicos remanescentes no Brasil, está o Banestes S.A, um banco múltiplo, sociedade de economia mista com atuação no estado do Espírito Santo, sendo este ente, detentor de 92,37% das ações emitidas pelo banco. Em operação desde 1937, tem participado diretamente do desenvolvimento econômico do estado através da concessão de crédito nas mais diversas linhas de crédito e financiamento a pessoas físicas e jurídicas, e também captando recursos através de depósito à vista e a prazo, sendo líder na participação de mercado em várias linhas de captação de recursos e concessão de crédito e indiretamente, repassando a maior parte dos seus resultados na forma de dividendos e JCP (juros de capital próprio) ao governo do estado, sendo este recurso usado para a

implementação das políticas estaduais em áreas como saúde, educação e segurança.

Como ferramenta para implementação das políticas de assistência financeira e de crédito, o Banestes emprestou, só entre março de 2020 e abril de 2021, o montante de R$ 545 milhões de reais distribuídos em mais de 16 mil operações de crédito, a empresas do Espírito Santo, de todos os portes, por meio das linhas de crédito emergencial, ofertadas no âmbito da pandemia, operações estas com condições diferenciadas de carência, prazo e taxa de juros, desempenhando papel relevante neste contexto.

Dada sua importância para a economia capixaba e considerando a influência do governo estadual, uma vez que este possui o controle acionário do banco, é de interesse público saber como anda a saúde financeira da instituição estudada.

Conforme Assis (2021) destaca, a análise das demonstrações contábeis é essencial para conhecer o desempenho financeiro de uma empresa. Essas demonstrações fornecem informações sobre a evolução dos negócios e a situação financeira da instituição, sendo calculadas por meio de indicadores financeiros de rentabilidade, liquidez e endividamento.

A análise dos índices é uma ferramenta que pode ser utilizada para identificar a situação financeira da instituição bancária, sendo essencial para avaliar sua capacidade de cumprir com os compromissos e garantir sua sobrevivência diante das demandas por recursos (MARZZONI, SILVA e PEREIRA, 2020).

Ainda segundo Assis (2021), a contabilidade financeira desempenha um papel crucial ao permitir que os gestores controlem e interpretem os dados contábeis, identificando os fatores que afetam o desempenho e resultado da empresa. Essas informações são valiosas para o planejamento estratégico, possibilitando a análise da estrutura patrimonial e fornecendo dados que auxiliam os gestores a mensurar o risco financeiro da empresa.

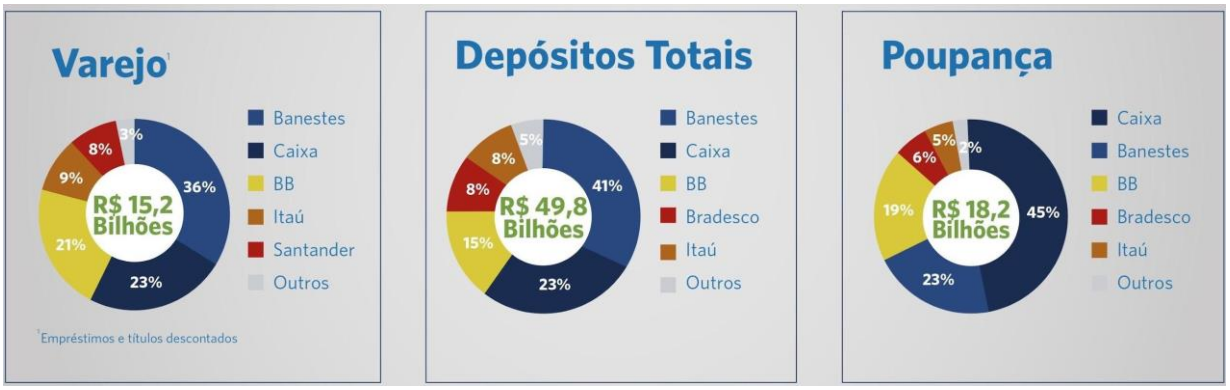
A análise das demonstrações contábeis do Banestes S.A. ganha relevância diante de seu papel significativo no desenvolvimento econômico do Espírito Santo. O estudo dos principais índices financeiros visa compreender sua saúde financeira e, para tal, foi feita a análise das demonstrações contábeis da entidade em nível introdutório, abordando-se os principais índices de liquidez, rentabilidade e endividamento apresentados no período compreendido entre 2018 e 2022.

2. Dados de participação relativa de mercado do final de 2021

De acordo com Paulo C. Goldschmidt e Fernando Gomes Carmona (1972), a participação de mercado é um indicador essencial para determinar a posição competitiva de uma empresa dentro do setor em que atua. Além disso, esse indicador é um instrumento valioso no planejamento das atividades futuras, na definição de objetivos e metas da empresa, deste modo a análise da participação de mercado também contribui para compreender o comportamento dos consumidores.

Neste contexto, a Figura 1, apresentada abaixo, representa os dados de participação de mercado de bancos no estado do Espírito Santo no final do ano de 2021. Esses dados foram obtidos a partir do Relatório Integrado do Banestes S.A. (BANESTES, 2021).

Quadro 1: Participação de mercado (Varejo, Depósitos Totais e Poupança).



Fonte: Banestes. Relatório Integrado 2021.

Conforme a figura acima, que apresenta os dados de participação de mercado dos bancos no estado do Espírito Santo, é possível observar algumas características e extrair algumas informações do mercado bancário do estado.

No segmento de varejo, observado à esquerda do quadro 1, que diz respeito às atividades financeiras, de empréstimos e títulos descontados, o banco Banestes se destaca com uma participação de 36%, seguido pela Caixa (23%) e pelo BB (21%). O Santander e o Itaú também possuem participações significativas, com 8% e 9%, respectivamente.

No que diz respeito aos depósitos totais, conforme se vê no centro do quadro, o Banestes mantém uma posição de destaque, com uma participação de 41%. A Caixa (23%) e o BB (15%) ocupam as posições subsequentes. É interessante notar que o

Bradesco, seguido pelo Itaú, também possuem uma fatia considerável desse mercado, com 8% cada, enquanto os outros bancos possuem participações menos relevantes neste segmento.

No segmento de depósitos em poupança, observado à direita do quadro, o Banestes ocupa a segunda posição com 23%, atrás de Caixa (45%), seguido pelo BB com 19%. Bradesco e Itaú vêm em seguida com respectivamente 6 e 5%.

3. Balanço Patrimonial

Para Brinckmann (2014) o Balanço Patrimonial consiste em um relatório que apresenta a situação de cada conta patrimonial de uma entidade em um dado momento no tempo, sempre de forma sistematizada.

Informa Marion (2018) que o termo balanço decorre do equilíbrio dado pela relação “Ativo” = “Passivo” + “Patrimônio Líquido (PL)”, que por sua vez são os elementos formadores do patrimônio.

FIPECAFI (2018) orienta que “é importante que as contas sejam classificadas no balanço de forma ordenada e uniforme, para permitir aos usuários uma adequada análise e interpretação da situação patrimonial e financeira”.

Nesse sentido, BRASIL (1976), com base nos arts. 178 a 182, estabelece que no Ativo, a classificação das contas deve ser em ordem decrescente de grau de liquidez e, para o Passivo, em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades.”

O ativo, no lado esquerdo, compreende as aplicações dos recursos. Para Iudícibus (2010) o ativo, ao trazer benefícios imediatos ou futuros, transformará esses benefícios em entradas líquidas de caixa (realização) ou em economia de saídas liquidas de caixa.

Segundo Marion (2018), os ativos se classificam quanto ao prazo de realização, em “circulantes” e “não circulantes”, sendo estes realizáveis em prazos superiores a 01 ano e, aqueles, a prazos inferiores a um ano.

Sobre o ativo circulante têm-se que:

> Compreende o dinheiro disponível em poder da empresa, suas aplicações financeiras de curto prazo, os valores que serão convertidos em dinheiro a curto prazo, como os créditos de curto prazo, bem como as

> despesas antecipadas pela entidade. Portanto, é pelo Ativo Circulante que a empresa opera no “curto prazo”, gerando o “caixa” necessário para promover suas vendas e pagar suas dívidas. (BRINCKMANN, 2014).

Ainda segundo Brinckmann (2014) o ativo “não circulante” é comparável ao “circulante”, diferindo quanto ao prazo de realização. É integrado por itens cujo objetivo é a manutenção do funcionamento das atividades da companhia, ainda que não sejam de sua propriedade, mas lhe transfiram os benefícios e riscos do controle desses bens. Além disso, fazem parte deste grupo, mas não apenas, a participação societária em outras empresas e os itens intangíveis, como marcas e patentes.

Já o passivo, representa um dos meios de origens possíveis para os recursos detidos pela entidade. Assim sendo, há duas formas de uma empresa se financiar, quais sejam, utilizando recursos próprios, o PL, e recursos de terceiros, representados pelo passivo. BRINCKMANN (2014).

Segundo Iudícibus (2010) os passivos, ou exigibilidades, podem ser entendidos como compromissos assumidos por uma entidade a serem quitados em determinada data, num valor preestabelecido a uma pessoa específica.

Conforme Marion (2018) o passivo se classifica quanto a exigibilidade, ou seja, quando terão de ser pagos. Dessa forma, o passivo circulante representa as obrigações que deverão ser liquidadas em menos de um ano, enquanto que o não circulante, com prazo superior a um ano.

Brinckmann (2014), sobre o passivo circulante diz:

> neste grupo classificam-se os valores em haver com terceiros, mas cujo vencimento se dê no máximo ao fim do exercício social seguinte ao encerramento do exercício atual. Alguns exemplos são: dívidas com fornecedores de mercadorias (conta “Fornecedores”), salários, impostos, empréstimos bancários e seus encargos a pagar, entre outros.

Marion (2018) traz que o passivo não circulante (exigível de longo prazo) é composto pelas obrigações com terceiros que serão liquidadas a longo prazo (superior a um ano). As dívidas de longo prazo normalmente se referem aos financiamentos obtidos de bancos e outros agentes financiadores.

No que se refere ao PL (Patrimônio Líquido), Iudicibus (2010) diz que pode ser determinado de forma geral como a diferença entre ativo e passivo em

determinado momento. Marion (2018) acrescenta que o PL é o total de recursos aplicados na empresa, composto por capital investido inicialmente e lucros retidos, lucros esses que não foram distribuídos aos sócios.

4. Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício, ou DRE consiste na apuração do resultado econômico do exercício contábil por meio da confrontação entre receitas e despesas, utilizando-se o regime de competência ou de caixa. “É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida indica-se o resultado (lucro ou prejuízo).” (BÄCHTOLD, 2011).

O regime de competência, segundo Marion (2018), é universalmente adotado, aceito e utilizado pela teoria da contabilidade, tendo como critério de contabilização de receitas o período em que for gerada, independentemente de seu recebimento e, de despesas, o período em que for consumida, incorrida ou utilizada, sem depender do pagamento.

Iudícibus (2010) diz que “entende-se por receita a entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes, normalmente, à venda de mercadorias de produtos ou à prestação de serviços”.

Já as despesas, segundo Martins (2003) são esforços realizados para a obtenção de receita, como por exemplo, o consumo de bens e serviços destinados a este fim, refletindo em diminuição do ativo, quando à vista, ou aumento do passivo, quando realizadas a prazo.

A partir do confronto entre as despesas e receitas de um exercício contábil, o resultado pode ser positivo (receitas maiores que despesas) ou negativo (receitas menores que despesas) (SILVA, 2009).

5. Análise das demonstrações contábeis

Um ramo de suma importância para a contabilidade é o da análise das demonstrações contábeis, pois permite através das suas ferramentas, ter um uma visão geral da situação econômico financeira de uma organização. Segundo Marion (2017), remonta do final do século XIX, quando banqueiros começaram a solicitar às

empresas, que desejam contrair créditos, suas demonstrações financeiras para análise.

Sobre seu objetivo, Martins, Diniz e Miranda (2012, apud PEREIRA, 2018, p.14) trazem que “o objetivo geral da análise consiste em avaliar o desempenho da empresa em um período, para fazer projeções que ajudem na tomada de decisões de investimento (comparação entre retornos; avaliação de riscos).”.

Existem vários tipos de demonstrações financeiras, sendo as mais comuns o balanço patrimonial (BP) e a demonstração do resultado do exercício (DRE), sendo evidenciadas por meio delas de forma objetiva a situação econômico financeira (MARION, 2017).

Conforme Martins (2005) “toda a Análise de Balanços se resume em dois grandes objetivos: conhecer a liquidez e a rentabilidade das empresas”. Marion (2017) acrescenta que para conhecer a situação econômico financeira de uma empresa, precisamos analisar três pontos fundamentais de análise: liquidez (situação financeira), rentabilidade (situação econômica) e endividamento (estrutura de capital).

Alguns cuidados como a completude das informações, bem como, a credibilidade delas, são pontos importantes para a confiabilidade das análises. É desejável, conforme Marion (2017) que se tenha em mãos demonstrações de três períodos e que haja parecer da auditoria em tais documentos, o que confere satisfatória margem de confiabilidade para o analista.

A ferramenta da análise de balanços utilizada neste trabalho é a obtenção e comparação de índices resultantes da divisão de duas grandezas. Através da conceituação de tais índices, baseado em critérios preestabelecidos, saberemos se ele é bom, razoável, ruim etc.

6. Índices de liquidez

Conforme Marion (2017), os índices de liquidez mostram a capacidade de pagamento da empresa, podendo ser avaliada considerando o longo, o médio e o curto prazo, sendo o de liquidez de curto prazo o mais importante na determinação da situação financeira da empresa. É necessário ressaltar que o índice abordado não revela a qualidade dos ativos, no que diz respeito ao risco de inadimplência, bem como, a sincronização entre os fluxos de recebimento e pagamentos.

Conceitualmente, índices acima de 1,00 são considerados positivos.

Silva (2005) diz que:

> A liquidez diz respeito à rapidez com que a empresa consegue transformar os recursos em moeda corrente. É um conceito muito importante e geralmente uma baixa liquidez está associada a maiores níveis de risco. Por este motivo, os índices de liquidez são muitas vezes utilizados para previsão de falência, concessão de crédito bancário e até mesmo selecionar fornecedores.

Silva (2005) afirma ainda que a liquidez corrente (LC) mostra a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo (até um ano), obtida pela razão entre o ativo circulante e o passivo circulante (ativo circulante/passivo circulante). Se os ativos de curto prazo são maiores que os passivos de curto prazo.

Já liquidez geral (LG), conforme Pereira (2018) mostra a capacidade de pagamento no longo prazo, sendo a razão entre o “Ativo Circulante + Realizável a longo Prazo” e o “Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo”.

7. Índices de endividamento

Como o nome sugere, permitem uma apreciação do nível de endividamento da empresa. Essa avaliação é possível tanto no aspecto quantitativo (alta, razoável, baixa) como no aspecto qualitativo (boa, razoável, ruim) (MARION, 2017).

Para Silva (2005) tais índices são úteis para o estudo da composição do passivo da entidade, pois permitem verificar o nível de endividamento e as fontes de recursos para financiamento das atividades.

Conforme Marion (2017) são alguns indicadores de endividamento a “participação de capitais de terceiros sobre recursos totais”, dado pela razão entre o “passivo total” e “passivo total + patrimônio líquido (PL)”, e a “garantia do capital próprio sobre o capital de terceiros”, dado pela razão entre “PL” e “passivo total” e a “composição do endividamento”, dado pela razão entre “passivo circulante” e “passivo total”.

Segundo Pereira (2018), a composição do endividamento “expressa a natureza do endividamento da empresa, comparando o endividamento de curto e de

longo prazo. Trata-se do percentual de dívidas a curto prazo sobre o endividamento total".

8. Índices de rentabilidade

Segundo Marion (2017), os índices de rentabilidade medem o retorno econômico comparando-se o lucro em valores absolutos com valores que guardem relações com ele.

Por exemplo, tendo em vista que é a utilização dos ativos que gera resultado para a empresa, a razão entre o "lucro" e os "ativos" nos mostra a "taxa de retorno sobre o investimento", ou a eficiência com que a empresa gera resultados; este índice é conhecido também como "ROI", do inglês Return On Investment. (SILVA, 2005).

Pereira (2018) apresenta a natureza conflitante entre liquidez e rentabilidade como objetivos da entidade:

> O máximo da liquidez: consegue-se com muito recurso financeiro disponível, o que diminui a rentabilidade dos capitais totais empregados. A maximização da rentabilidade implica em trabalhar na "corda bamba", com muitos recursos de terceiros, o que pode provocar sérios e insolúveis problemas de capacidade de liquidação das obrigações.

Ainda conforme Marion (2017), outra comparação possível é do "lucro" com o capital próprio investido na empresa, representado pelo "PL". Dessa forma obteremos a "taxa de retorno sobre o patrimônio líquido", mais conhecida por "ROE" do inglês Returno On Equity, que nos mostra a taxa de remuneração do capital investido. Salienta-se que, percentuais inferiores à taxa livre de risco da economia, demonstram que o retorno sobre o capital próprio está abaixo do retorno mínimo possível livre de risco.

Segundo Veiga (2009), a taxa livre de risco equivale à taxa Selic, divulgada periodicamente pelo Banco Central do Brasil, por meio de seu comitê de política monetário (COPOM).

9. Metodologia

Para o levantamento das informações, foram analisados dados dos balanços patrimoniais e das DRE`s do BANESTES S.A apresentados no período compreendido entre 2018 e 2022, o que, segundo Gil (2008), classificam-se como documentos de "primeira mão", ou seja, que não receberam nenhum tratamento analítico, conferindo a nossa pesquisa o caráter documental. A partir da análise de tais documentos, foram aplicados os conceitos e fórmulas descritos acima, extraídos de obra de "Análise de demonstrações contábeis" para a obtenção dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, que foram analisados quanto à sua evolução de um ano para o outro. Com base nas características apresentadas, quanto ao objetivo, nossa pesquisa se configura como exploratória.

10. Resultados e Discussão

A tabela a seguir apresenta os principais números dos balanços patrimoniais divulgados entre 2018 e 2022, além do lucro líquido auferido nos mesmos períodos. As demonstrações apresentadas entre 2018 e 2021 foram auditados pela empresa PWC Auditores Independentes LTDA (PWC), tendo as de 2022 sido auditadas pela KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), ambas auditorias externas, objetivando obter asseguração razoável quanto conformidade das informações com as normas vigentes estabelecidas.

Para facilitar o entendimento dos dados, declara-se a seguir o significado das siglas constantes da tabela:

- AC (Ativo Circulante): Representa os bens e direitos da empresa que são esperados para serem convertidos em dinheiro em um curto prazo, geralmente dentro de um ano.
- ANC (Ativo Não Circulante): Compreende os bens e direitos da empresa que possuem prazo de realização superior a um ano.
- PC (Passivo Circulante): Representa as obrigações da empresa que devem ser liquidadas em um curto prazo, normalmente dentro de um ano.
- PNC (Passivo Não Circulante): Refere-se às obrigações da empresa com prazo de vencimento superior a um ano.
- PL (Patrimônio Líquido): Representa os recursos próprios da empresa, que são a diferença entre os ativos e os passivos.

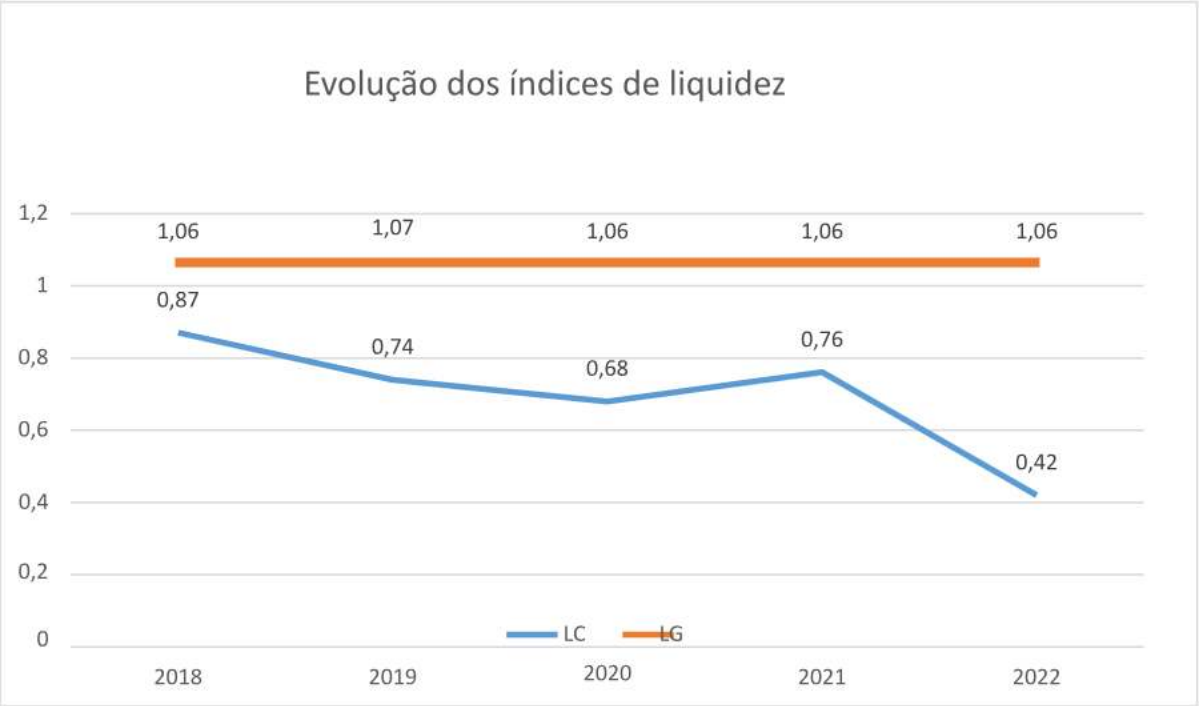
- LL (Lucro Líquido): É o resultado financeiro obtido pela empresa após deduzir todas as despesas, custos e impostos.
- RLP (Realizável a Longo Prazo): São ativos que serão convertidos em dinheiro em prazos superiores a um ano.
- ELP (Exigível a Longo Prazo): São obrigações que serão liquidadas em prazos superiores a um ano.

ANO	AC	ANC	PC	PNC	PL	LL	RLP	ELP
2018	17.949.787	9.802.573	20.686.443	5.573.904	1.492.013	181.055	9.520.949	5.573.904
2019	12.208.113	11.352.506	16.425.386	5.526.871	1.608.632	213.738	11.029.095	5.526.871
2020	14.151.318	16.256.966	20.739.719	7.954.665	1.713.900	231.797	15.917.445	7.954.665
2021	16.911.542	17.035.860	22.210.828	9.846.908	1.889.666	250.590	16.670.177	9.846.908
2022	9.990.282	26.640.070	23.862.994	10.732.066	2.035.292	330.043	26.254.689	10.732.066

Fonte: Elaborado pelos autores; Valores em milhares de reais (R$).

10.1 Análise da liquidez

A liquidez consiste na capacidade de uma empresa liquidar suas dívidas. Ou seja, para cada real de dívida há quantos reais em direitos que se tornarão líquidos para se fazer frente à tais obrigações. O desejável é que o índice esteja acima de 1,00. Com base no gráfico acima, pode-se observar uma estabilidade no índice de liquidez geral, mantendo-se em 1,06 no decorrer do período analisado. Assim, para cada real de dívida de curto e longo prazo, há R$1,06 real em ativos de curto e longo prazo que serão convertidos em disponibilidades para cobertura daquela dívida.



Fonte: Elaborado pelos autores.

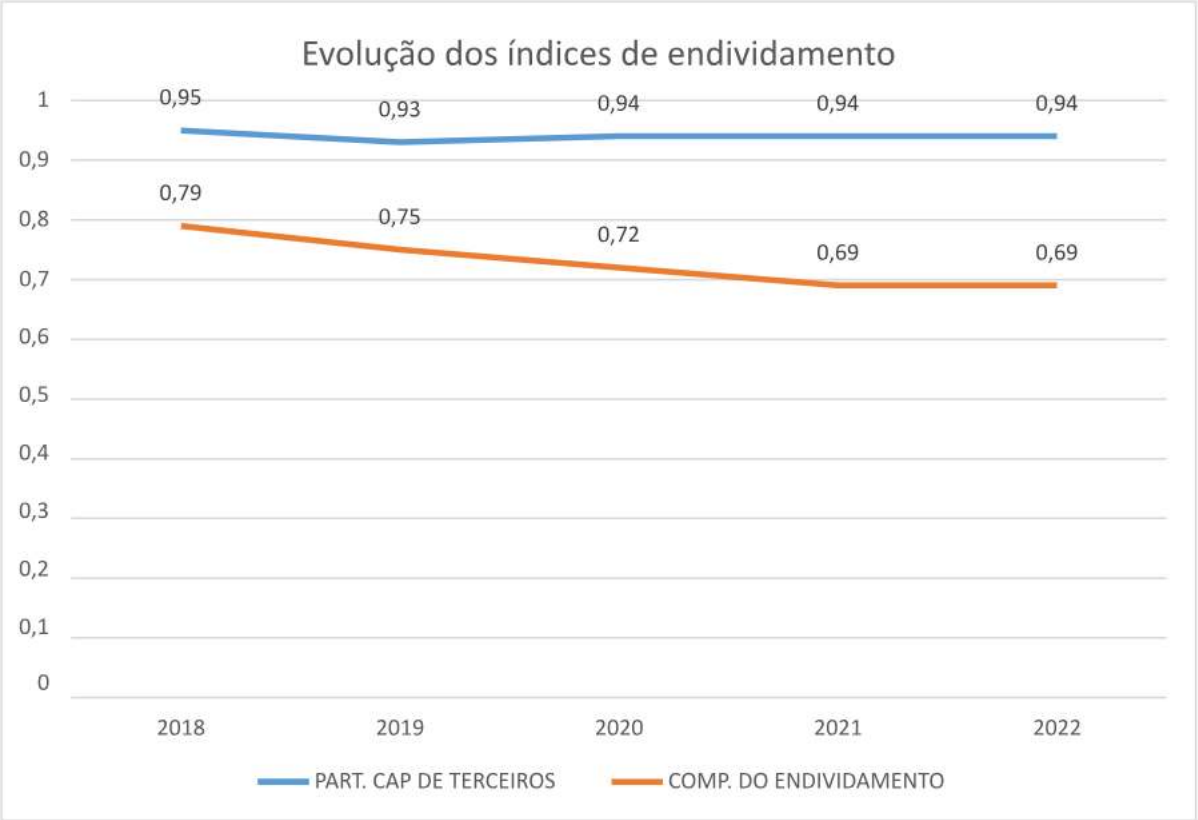
Já na liquidez de curto prazo, observa-se queda, estando em 0,87, em 2018 e fechando em 0,42 em 2022. Ou seja, para cada real de exigível de curto prazo, havia R$0,87 em 2018, e R$0,42 em 2022, em ativos de curto prazo que seriam convertidos em disponibilidades para fazer frente àquelas obrigações. Nesse movimento podemos observar uma mudança no perfil dos ativos quanto ao prazo. Houve a diminuição dos ativos realizáveis no curto prazo, e crescimento do realizável de longo prazo, com destaque para a conta “aplicações interfinanceiras de liquidez”, que sofreu uma redução de aproximadamente 7,3 bilhões de reais, de 2021 para 2022, e para a conta “títulos e valores mobiliários”, do ativo não circulante que aumentou em 8,3 bilhões de reais, no mesmo período. Segundo o banco, houve o redirecionamento dos recursos mais líquidos à carteira de ativos menos líquidos, mas com maior rentabilidade. Já os passivos de curto e longo prazo aumentaram. Se a situação observada no comportamento do índice de liquidez se mantiver, o banco pode chegar a um descasamento entre ativos e passivos de curto prazo, o que pode ser preocupante no sentido de que não teria capacidade de honrar suas obrigações de curto prazo.

A análise deste índice isolada pode trazer uma interpretação equivocada quanto a situação financeira de curto prazo, sendo necessário a associação deste

índice ao de endividamento.

10.2 Análise dos índices de endividamento

No que diz respeito ao endividamento do banco, conforme o gráfico, percebe-se uma queda sensível da participação do capital de terceiros na estrutura da dívida, de 95% para 93% (2018 para 2019), seguida de aumento e estabilidade em 94% para os anos seguintes. Tal melhora se deve principalmente ao crescimento do PL, que por sua vez resulta da recorrência e crescimento dos lucros auferidos anualmente.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Este indicador mostra o quanto a empresa depende do capital de terceiros no financiamento de suas operações. Dessa forma, quanto menor o percentual, menos dívida exigível a empresa possui. Por meio deste indicador, observamos que o banco, utiliza majoritariamente o capital de terceiros e esta tendência se perpetua ao longo

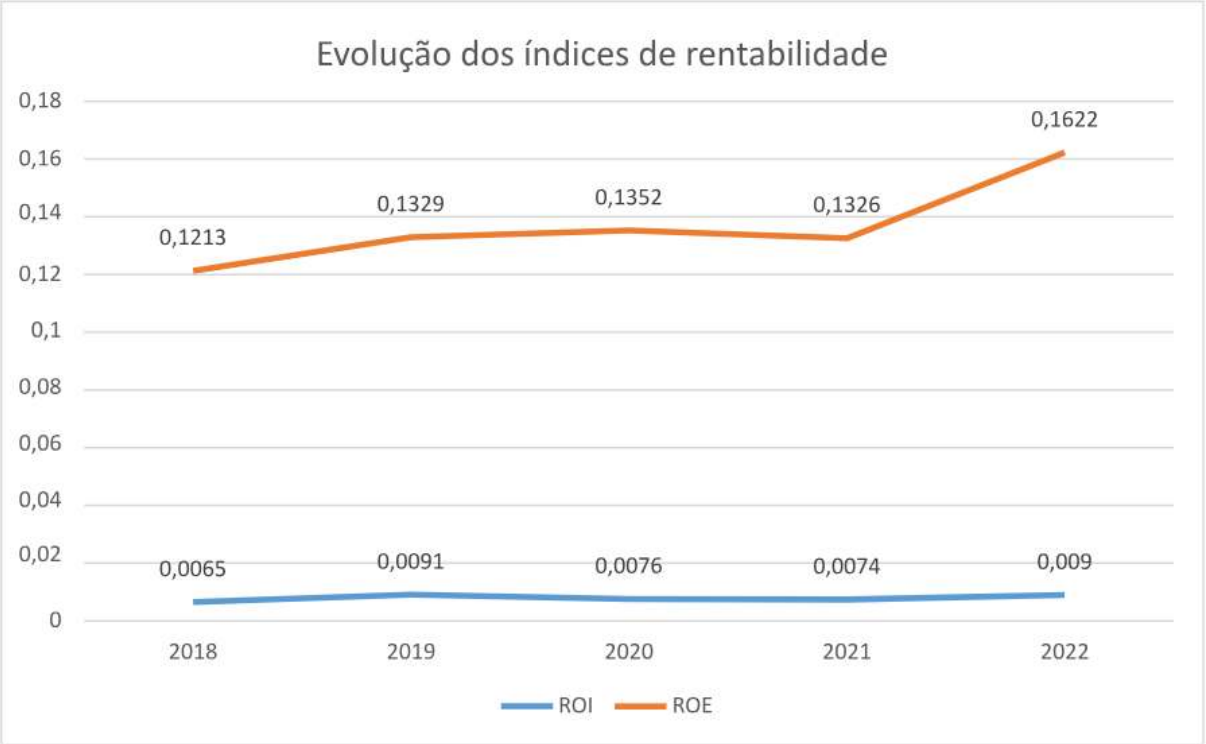
do período analisado.

Apesar do percentual elevado, é comum para os bancos a grande participação do capital de terceiros em sua estrutura de financiamento, pela natureza de suas operações, que se resumem basicamente em captar recursos dos que possuem reserva de recursos, os agentes superavitários, e emprestá-los aos que precisam do capital de terceiros para financiamento dos seus ativos.

Concernente a composição do endividamento, nota-se melhora, caindo de 79% no início para 69% no fim do período analisado. Dessa forma, 79% do exigível vencia no curto prazo, em 2018, fechando o ano de 2022 em 69%. Esse movimento é benéfico para a instituição, pois quanto menor o índice em questão, melhor a qualidade do endividamento, ou seja, menos obrigações vincendas no curto prazo, o que se traduz em menor risco de iliquidez.

10.3 Análise dos índices de rentabilidade

No que diz respeito a rentabilidade, ROI e ROE nos dão duas perspectivas distintas. Indicando a remuneração dos ativos totais, o ROI apresentado pelo Banestes tem se mantido praticamente constante no período analisado, apresentando pouca variação. Por sua vez, o ROE, que indica a remuneração sobre o capital próprio, apresenta crescimento, principalmente de 2021 para 2022, quando saltou de 13,2% para 16,2% devido ao crescimento do lucro líquido em 31%, com destaque para o crescimento em 177% das receitas de operações com títulos e valores mobiliários no período, o que, segundo o banco, resulta do aumento da taxa Selic no período. Com base nestas informações podemos observar a evolução da capacidade de o banco gerar retorno para seus investidores e demais interessados.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando a taxa livre de risco da economia como base de comparação, a Selic, que atualmente está em 13,75% ao ano, o retorno apurado no último ano analisado (2022) a supera. Constata-se também que o ROE médio do Banestes foi ligeiramente superior à média do mercado bancário nacional, apurado no ano de 2022, que ficou em 15,1%, conforme apresenta o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) do Banco Central, com dados de até junho de 2022.

11. Conclusão

Os aspectos de liquidez, endividamento e rentabilidade constituem um tripé importante para a análise da situação econômico-financeira de uma entidade. Através da relação entre os elementos do balanço financeiro e da DRE, obtemos uma serie de índices que, analisados conjuntamente nos permitem ter uma visão da saúde financeira de uma entidade.

No caso analisado, observou-se que o Banestes apesar de em sua gestão sofrer influência relevante de governos e de seu forte apelo social, em linhas gerais apresenta bons índices econômico-financeiros, possuindo adequados índices de

rentabilidade, em linha com a média do mercado, endividamento controlado, com crescimento da participação do capital próprio no que diz respeito às fontes de financiamento, resultado do aumento do PL pela reserva de lucros que tem se mostrado crescentes e liquidez geral estável, apesar da queda observada no último ano da liquidez de curto prazo. Para se ter um panorama mais detalhado a respeito de tais questões, seria necessária a suplementação da análise com o apoio de outras ferramentas, como a Análise do Fluxo de Caixa (DFC), a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), dentre outras que, pela delimitação dos objetivos deste trabalho não foram utilizadas.

Referências

ANDRADE, Francyne Finoti; SABINO, Karla Luisa Costa; SABINO, Pedro A. A. *Análise dos Determinantes da Rentabilidade de Empresas do Setor Bancário*. In: XVI Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. 2019.

ASSIS, Maike Feliphe Alves. *Contabilidade financeira e finanças: análise das demonstrações contábeis através dos indicadores financeiros de uma cooperativa de crédito durante a pandemia*. 2021. Tese de Doutorado.

BÄCHTOLD, Ciro. *Contabilidade básica*. – Curitiba: Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Paraná, 2011.

BANESTES. *Balanço Patrimonial 2018*. Disponível em: <https://www.banestes.com.br/ri/arquivos/informacoes/demoFinanceiras/2018_2S_02_balanc o.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

BANESTES. *Balanço Patrimonial 2019*. Disponível em: <https://www.banestes.com.br/ri/arquivos/informacoes/demoFinanceiras/2019_2S_02_balanc o.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

BANESTES. *Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 2020*. Disponível em:

<https://www.banestes.com.br/ri/arquivos/informacoes/demoFinanceiras/2020_2S_demonFin anceiras.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

BANESTES. *Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 2021*. Disponível em: <https://www.banestes.com.br/ri/arquivos/informacoes/demoFinanceiras/2021_2S_demonFin anceiras.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

BANESTES. *Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 2022*. Disponível em: <https://www.banestes.com.br/ri/arquivos/informacoes/demoFinanceiras/2022_2S_demonFin anceiras.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

BANESTES. *Relatório Integrado 2021*. Disponível em: <https://www.banestes.com.br/ri/arquivos/informacoes/relatoriosAnuais/2021_relatorio- integrado.pdf>. Data de Referência: 12/2021. Acesso em: 06 de maio de 2023.

BRASIL. Lei N 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1976.

BRINCKMANN, Roque. *Contabilidade Básica*. 3. ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.

GELBCKE, E. R. et al. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDSCHMIDT, P. C.; CARMONA, F. G. *Um modelo de análise da participação de mercado*. Scielo – Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 1972. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/KLyJzjHd5hZyyDPZ9jdRNkx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, José Carlos. *Contabilidade básica*. 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de Custos*. 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

MARZZONI, David Nogueira Silva; DA SILVA, Laiana Santos; DA SILVA PEREIRA, Rafael. *Análise dos índices de liquidez de uma instituição bancária*. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 6, p. 35920-35940, 2020.

PEREIRA, Antônio Gualberto. *Análise das demonstrações contábeis*. – Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. *Contabilidade geral*. – Florianópolis: Departamento de Ciências da administração/UFSC, 2009.

VEIGA, Ana Luiza Barbosa da Costa. *Fundamentos de finanças*. v.2. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.